



**COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**  
**ESCLARECIMENTO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 054/2024**

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, por meio de sua Agente de Licitação, designada pela Portaria n.º 002/2024, juntamente com o Gestor da área solicitante e Divisão Jurídica, torna público e para conhecimento dos licitantes, o presente esclarecimento, para melhor interpretação de nossa necessidade, referente ao Edital de Licitação n.º 054/2024:

**1)** Verifica-se dos autos o envio de pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação nº 054/2024, formalizado pela empresa **Unimed Curitiba.**, por meio de e-mail enviado ao Setor de Licitações.

**Vejamos os questionamentos:**

**1.1.** Não atendemos ao item 23. REMOÇÕES EM CARÁTER DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, haja vista que tal previsão somente poderia ser atendida pelo **serviço do SOS**, porém a **área de abrangência** (Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais) **não é compatível com o serviço do SOS; - O produto que possuímos não tem abrangência para Campo Largo e as regiões listadas, então não temos como atender.**

**ESCLARECEMOS que:**

- No tocante ao item 23 do edital, trata-se de verdadeiro serviço complementar com disponibilidade exigida 24 horas por dia, condição que agrega custo não pretendido pela administração. Portanto, exclui-se o item 23, mantendo-se o objeto principal licitado, ou seja, *"contratação de empresa operadora de planos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares, em todo o território nacional, sem carência, sem limite de idade, sem coparticipação, aos funcionários da COCEL".*

**1.2** De acordo com o item 5.4- Respeitando-se as disposições estabelecidas acima, o período de carência máxima a que ficarão sujeitos os beneficiários, posteriormente incluídos nos Planos (após 30 dias estabelecidos nos itens 5.1 e 5.2), para utilização dos serviços contratados, será de: **acidentes pessoais – sem carência. Conforme legislação a carência para acidentes pessoais (urgência) é de 24h depois de sua inclusão, logo não atendemos a este item;**

**ESCLARECEMOS que:**

Item 5.4 correspondente ao termo de referencia passa a ter a seguinte redação:

5.4 – (...)

a) acidentes pessoais – 24 horas após sua inclusão;

**1.3** No item 7.2 – As propostas deverão ser elaboradas nas **03 (três) faixas etárias** conforme abaixo: 1ª faixa etária de 00 aos 48 anos; 2ª faixa etária de 49 aos 58 anos; 3ª faixa etária acima dos 59 anos. - **nesse item temos como atender, pois montaremos a tabela repetindo algumas faixas, no entanto a tabela que foi enviada sofrerá alguma mudança, pois a equipe colocou erroneamente 2 faixas.**

**ESCLARECEMOS que:**

A proposta poderá ser apresentada conforme as faixas etárias adotadas pelo licitante interessado.

**1.4** Conforme item 8.2 da Minuta de Contrato o plano poderá ser **reajustado pelo IGPM ou cálculo atuarial. Novos contratos citam o VCMH, ao invés do IGPM e na descrição do cálculo atuarial – seria prudente especificar que este se dá dividindo a sinistralidade do período pelo ponto de equilíbrio 70%.**

**ESCLARECEMOS que:**

No tocante ao índice de reajuste, previsto na Minuta do Contrato, torna-se oportuno alterar de IGPM para o IPCA, conforme prevê o art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Considerando a margem de discricionariedade na definição do índice de reajuste e a constatação de que o IPCA é capaz de refletir a efetiva variação dos custos relacionados ao objeto contratual, resta evidenciado que os argumentos da impugnante não se sustentam, e a definição do IPCA como índice de reajuste reveste de toda legalidade e caso no decorrer do contrato tal índice venha a comprometer o equilíbrio econômico financeiro do contrato, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo.

Deste modo, altera-se o item 8.2. da Minuta de Contrato. Vejamos a nova redação:

**8.2** - Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto da presente licitação será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, ou ainda, pela análise de Nota Técnica Atuarial, que demonstre a evolução dos custos e a sinistralidade, com observância de eventuais diretrizes emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

**1.5** Item importante que consta no P. Único do Art. 177, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Parágrafo único. Qualquer que seja o critério previsto no instrumento convocatório ou contratual para o reajuste do valor do contrato, **a solicitação da Contratada deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até a data da extinção do ajuste, sob pena de ocorrer preclusão deste direito. Ficou entendido que devemos entregar com antecedência a carta de renovação. Atualmente deixamos em contrato uma análise antecipada, ou seja, entregamos a carta 60 dias antes do aniversário do contrato. Isso Atende?**

**ESCLARECEMOS que:**

A entrega da carta 60 dias antes do aniversário do contrato atende ao solicitado.

**1.6** O item 15.3 da Minuta de contrato traz uma condição **que não praticamos:** 15.3 - Os medicamentos utilizados durante a realização de procedimentos ambulatoriais e hospitalares cobertos deverão ser reembolsados de acordo com o Brasíndice. **Entenderam que esta condição não deveria existir, já que em todos os outros momentos em que é tratado de**



**reembolso, fica sujeito à legislação vigente. Outro ponto é que muitas vezes o paciente é atendido e recebe uma receita para comprar remédio, o que pode ser confundido com os que estão na legislação da ANS.**

**ESCLARECEMOS que:**

A obrigação relacionada ao item 15.3 será **suprimida**, passando a cláusula quinta a seguinte redação:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REEMBOLSO**

**15.1** - A CONTRATADA deverá praticar reembolso, nos casos previstos em Lei, ou seja, nos casos de urgência e emergência, quando não houver local credenciado disponível para atendimento no município da demanda ou nos limítrofes.

**15.2** - Os reembolsos efetuados ao beneficiário deverão ser realizados dentro de 30 (trinta) dias úteis, a partir da apresentação da documentação necessária, à CONTRATADA, tendo como referência a tabela praticada pelo CONTRATADA.

Deste modo, permanece inalterada a data de abertura, estabelecida para o **24 de setembro de 2024, às 9:00 horas**, em função de que não houve alteração de objeto e de valores, que comprometa a formulação da proposta comercial.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto protestos de consideração e apreço.

Campo Largo, 18 de setembro de 2024.

**ANA LAURA LAGNER**  
**Agente de Licitação**